



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**TERMO DE CONTRATO Nº 12/2020**

Contrato de Prestação de Serviços nº: **12/2020** que entre si fazem a *Universidade Federal Fluminense* e a empresa **Mafra Serviços e Reformas em Geral Ltda.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Rua Miguel de Frias, nº 09, Icaraí, Niterói, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada *Contratante*, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.523.215/0001-06, neste ato representado pelo seu Magnífico Reitor, Professor **ANTONIO CLÁUDIO LUCAS DA NÓBREGA**, nomeado por Decreto Presidencial publicado no DOU, nº 223, de 21/11/2018, portador da cédula de identidade nº 047412036, expedida pelo IFP, e inscrito no CPF sob o nº 808987697-8, e a empresa **MAFRA SERVIÇOS E REFORMAS EM GERAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº: 22.497.433/0001-37, sediada na Praça Mahatma Gandhi, nº: 02, grupo 802, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20031-908, representada neste ato por **RONALD EMERSON MAFRA DE ARAUJO**, portador da cédula de identidade nº: 08.919.468-2, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº: 013.049.207-82, conforme poderes expressos constantes do Processo n.º 23069. 153.921/2020-37, doravante denominada *Contratada*, resolvem celebrar o presente Contrato, resultante da licitação efetuada através do **Edital de RDC Eletrônico n.º: 13/2019/AD**, instrumento este regido nos termos da Lei Federal nº 8666/93, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 e posteriores alterações, regula-mentada pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e às disposições estabelecidas naquele edital e nas complementações a ele integradas, aos termos da proposta vencedora e sob as seguintes cláusulas:

**1 CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO**

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação, pelo regime de empreitada por preço unitário, de serviços especializados de arquitetura e de engenharia para elaboração de projetos executivos e complementares, para a execução de obra de reforma com ampliação de área, para permitir a instalação de elevador na fachada lateral do prédio da Reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF).

1.1.1 – Os serviços serão executados conforme especificações contidas no **Edital de RDC Eletrônico n.º 13/2019/AD** e seus anexos, que passam a fazer parte integrante deste, independentemente de transcrição.

## **2 CLAUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO**

2.1 - Para a execução dos serviços contratados fica ajustado o preço global de **R\$ 106.348,33** (cento e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos), conforme Proposta Comercial apresentada nas condições do Edital de RDC Eletrônico n.º 13/2019/AD.

2.2 – A forma de execução dos serviços é indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme a planilha de orçamento, constante no Anexo A, e o cronograma físico financeiro, constante no Anexo B, ambos propostos pela Contratada e que fazem parte integrante deste Contra-to.

2.3 - As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto deste Contrato, correrão por conta dos recursos da fonte 8100, PTRES 169645, no elemento de despesa 339039, cujo comprometimento foi feito através da Nota de Empenho nº: 2020NE800171, da qual, uma cópia é entregue à *Contratada* neste ato.

## **3 CLAUSULA TERCEIRA – PRAZOS**

3.1 - O prazo de **vigência do Contrato**, referente aos serviços objetos deste Contrato, será de **07 (sete) meses**, contados a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União.

3.2 – O prazo de execução dos serviços de que trata o presente contrato, será pelo período de **05 (cinco) meses**, a contar da data do recebimento da Ordem de Início dos Serviços (OS), conforme consta na Carta Proposta da *Contratada*.

3.3 – O contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, a critério único e exclusivo da *Contratante*, não podendo exceder em sua totalidade o prazo de 60 meses.

3.4 - A Ordem de Início dos Serviços (OS) será emitida pela Diretoria de Engenharia/Coordenadoria de Engenharia e Projetos da Superintendência de Arquitetura e Engenharia/SAEN.

3.5 – A Fiscalização comunicará formalmente à *Contratada*, na data da emissão da OS e essa terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para recebê-la, findo os quais, será aplicada a multa prevista na cláusula de Penalidades deste Contrato.

3.6 - A *Contratada* obrigará-se a iniciar os serviços adjudicados, a partir da data do recebimento da respectiva Ordem de Serviço,

3.7 - Não será admitida prorrogação de prazo ou retardamento na execução do objeto deste Contra-to por fornecimento deficiente de materiais e/ou peças, a não ser por caso fortuito e alheio a sua vontade, devidamente justificada perante a **Fiscalização**.

## **4 CLAUSULA QUARTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

4.1 - A *Contratada* apresentará garantia de execução dos serviços ora contratados, no valor que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, de acordo com o previsto no art. 56 da Lei 8.666/93, podendo optar por uma das modalidades, conforme especificado abaixo e cuja cópia fará parte integrante deste termo:

4.1.1 – A garantia é na modalidade de fiança bancária;

4.1.2 – A garantia é na modalidade de seguro garantia;

4.1.3 – A garantia é na modalidade de caução em dinheiro.

4.2 - A *Contratada* deverá apresentar no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia;

4.3 - Em caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação do prazo, a *Contratada* fica obrigada a apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar à já existente, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da alteração do valor contratual, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para as eventuais futuras repactuações.

4.4 - A garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observado ainda os seguintes requisitos (item 3.1 do Anexo VII-F da IN nº 05/2017/SLTI/MP):

4.4.1 - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

4.4.1.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.4.1.2 Prejuízos causados à Contratada ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.4.1.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

4.4.1.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;

4.5 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da cláusula "4.4.1", observada a legislação que rege a matéria;

4.6 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em instituição bancária, em conta específica com correção monetária, em favor da Contratante;

4.7 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

4.8 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

4.9 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;

4.10 - A garantia será considerada extinta:

4.10.1 - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.10.2 - no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.11 - A Contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

4.11.1 Caso fortuito ou força maior;

4.11.2 Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

4.11.3 Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

4.11.4 Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Contratante;

4.12 - Aditado o Contrato, prorrogado o prazo de sua vigência ou alterado o seu valor, ou reduzido o valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, a adjudicatária fica obrigada a apresentar garantia complementar ou a substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes no subitem 4.1.

## **5 CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – As condições e os termos que a Contratada deverá se obrigar, estão contidos no Termo de Referência – Anexo IV do edital, devendo assumir integral responsabilidade legal, administrativa e técnica.

## 6 CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – As obrigações da Contratante são as previstas no Termo de Referência, contidas no anexo IV do edital.

## 7 CLAUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 - Os serviços, objeto deste Contrato, serão pagos na medida em que os mesmos sejam efetivamente executados e de acordo com as parcelas mensais de desembolso previsto no cronograma físico-financeiro, apresentado pela Contratada, junto com a sua planilha de orçamento, obedecendo às especificações dos mesmos.

7.1.1 – Os serviços serão pagos, de acordo com os valores dos preços unitários dos serviços propostos pela Contratada, constantes da planilha de orçamento anexa a este Termo Contratual – Anexo A.

7.2 – A confirmação dos serviços executados será efetuada pela Fiscalização, que emitirá, para cada parcela medida, uma cópia da planilha de controle físico e financeiro, contendo todos os itens da planilha de orçamento proposta, a discriminação dos serviços, quantitativos previstos, preços unitários e totais contratos, bem como os quantitativos e preços totais de cada medição efetuada e o saldo físico e financeiro do contrato, e ainda:

7.2.1 – A indicação do objeto;

7.2.2 – O número da medição em ordem sequencial;

7.2.3 – O período ou o mês/ano a que se refere;

7.2.4 – Data base dos preços unitários;

7.2.5 – Assinatura da Fiscalização e o de acordo do representante da Contratada.

7.3 – A medição deverá ser efetuada pela Fiscalização, devendo ser elaborada com suas respectivas memórias de cálculo registradas no Diário de Obra; o representante da Contratada poderá colaborar na elaboração da medição;

7.4 - A Contratada deverá apresentar **Faturas ou Notas Fiscais**, contendo a discriminação resumi-da dos serviços executados no período e a medição a que se refere, de acordo com a planilha de controle físico e financeiro efetuada pela Fiscalização, número e título do processo administrativo, e seus dados bancários.

7.4.1 – As notas fiscais ou faturas deverão ser apresentadas, discriminando os montantes referentes à mão de obra e materiais/equipamentos, separadamente, conforme disciplina a Instrução Normativa RFB n.º 971 de 13/Nov/2009.

7.5 – A Fatura ou Nota Fiscal juntamente com a planilha de controle físico e financeiro, fornecida e atestada pela Fiscalização, bem como as guias de recolhimento do FGTS e INSS do mês de competência, junto com a folha de pagamento do pessoal contratado para a execução dos serviços, serão encaminhadas para pagamento pela Fiscalização. Se houver divergências entre estas, a re-jeitará mediante justificativa e comunicação à *Contratada*, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

7.6 - O pagamento será efetuado à Contratada mensalmente em até o décimo quinto dia útil após a apresentação do documento de cobrança, por meio de Ordem Bancária para crédito em Conta Corrente, através de qualquer agência bancária do território nacional.

7.7 – **O pagamento da última medição ficará condicionado**, a apresentação, juntamente com a Fatura ou Nota Fiscal e a Planilha de Controle Físico e Financeiro, das condições descritas no Termo de Referência – Anexo IV do edital.

7.8 - A Contratada deverá manter-se regularizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.8.1 – Constatada a situação de irregularidade da Contratada junto ao SICAF, a mesma será advertida por escrito pela Contratante, para que regularize sua situação cadastral, em um prazo de 48 horas ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual. (Parecer PGFN/CJU 401 de 23/Mar/2000)

7.9 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula::

$EM=IXNXVP$

Sendo:

$I = (tx/100)/365$  dias

Onde: I – índice de atualização monetária

tx – juros de mora à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês;

EM – encargos moratórios a serem acrescidos à parcela a ser paga;

N – número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP – valor da parcela a ser paga.

7.10 - O pagamento poderá ser efetuado em parcelas, após confirmação por parte da Fiscalização, sendo que o valor das parcelas será igual ao somatório dos valores totais de cada medição, discriminada separadamente.

7.11 - Na hipótese de pagamento de encargos moratórios ou de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## **8 CLAUSULA OITAVA - CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO**

8.1 - Os preços dos serviços propostos não serão reajustados, durante o prazo de 12 meses de efetiva contratação (art. 11 da Lei nº 8.880/94; o art. 28, *caput* e § 1º da Lei nº 9.069/95 e o art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.192/01).

8.2 - Serão admitidos os reajustes dos preços dos serviços contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, nos termos do artigo 19, XXII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano;

8.3 - O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

8.3.1 - Para o primeiro reajuste, a partir da data limite da apresentação das propostas ou a data da licitação no dia 31 de janeiro de 2020;

8.4 - O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

8.5 - Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

8.6 - Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

8.7 - Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o novo índice de reajuste adotado, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo seja divulgado o novo índice, sob pena de preclusão.

8.8 - Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

8.8.1 - A partir da data em que se completou o cômputo do interregno mínimo de 1 (um) ano;

8.8.2 - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros;

8.9 - Os reajustes serão formalizados por meio de aditamento, pois deverão colidir com a prorrogação contratual.

8.10 - Para o cálculo da taxa de reajustamento, será utilizado o índice setorial de aferição da variação do índice nacional custo da construção ou INCC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

## **9 CLAUSULA NONA - SUSTAÇÃO DE PAGAMENTOS**

9.1 - A *Contratante* poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, por:

9.1.1 - execução defeituosa dos serviços.

9.1.2 - paralisação dos serviços por mais de 24 (vinte e quatro) horas, por culpa exclusiva da *Contratada*.

9.1.3 - existência de débitos para com terceiros, inclusive das obrigações trabalhistas, relacionados com os serviços ora contratados, e que possam por em riscos seu bom andamento ou causar prejuízos materiais, financeiro ou moral à *Contratante*.

9.1.4 - existência de qualquer débito exigível pela *Contratante*.

9.1.5 - divergência entre a Fatura ou Nota Fiscal com a Planilha de controle Físico e Financeiro.

9.1.6 - a não apresentação das guias de recolhimento de INSS e FGTS do respectivo mês de competência do pessoal contratado pela *Contratante*, para execução dos serviços.

## **10 CLAUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO**

10.1 - A Fiscalização da execução dos serviços será de competência e responsabilidade exclusiva da *Contratante*. Será exercida nas condições descritas no Termo de Referência – Anexo IV do edital.

## **11 CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

11.1 – O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da *Contratante*, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este RDC.

11.2 – Alterações contratuais serão processadas mediante termo aditivo ou apostilamento, se for o caso, devidamente justificado e autorizado pela *Contratante*.

11.3 – A *Contratada* ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, § 1º c/c § 2º da Lei nº 8.666/93.

11.4 – A *Contratada* expressa concordância quanto à adequação do projeto que integrar o Edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computandose esse percentual para verificação do limite previsto nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no art. 13, inciso II do Decreto nº 7.983/13.

11.5 – Caberá a Contratada todo e qualquer custo adicional inerente a reforços ou pactos necessários a renovação/acréscimos atenuantes aos seguros exigidos neste contrato, para fins de atendimento a eventuais alterações contratuais, não cabendo qualquer reembolso, ressarcimento ou reequilíbrio financeiro à Contratante.

## 12 CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 - Executado o Contrato, os serviços serão recebidos nas condições estipuladas no Termo de Referência.

## 13 CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES E PENALIDADES

13.1 - A *Contratada* ficará sujeita às seguintes penalidades: advertência, multa, perda de garantia, rescisão de Contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contra-tar, sendo advertida por escrito através do Livro de Ocorrências, sempre que infringir as obrigações contratuais.

13.1.1 - Em se tratando da primeira falta de mesma natureza será concedido prazo para sanar as irregularidades.

13.2 - O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a *Contratada* às multas de mora, calculadas conforme previsto nos itens subsequentes, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a *Contratada* ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

13.3.1 - advertência;

13.3.2 - multa, incidente por dia e por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado da comunicação oficial, através do Diário de Obra, segundo graduação definida nas tabelas nº1 e nº 2 abaixo:

**TABELA 01**

GRAU	MULTA
1	1. 0,2% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária
2	2. 0,5% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária
3	1,0% por dia sobre o valor do item de serviço da planilha orçamentária
4	0,33% por dia sobre o valor global do contrato

**TABELA 02**

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	03

2	Atraso injustificado dos serviços previstos em contrato.	02
3	Manter profissionais sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de efetuar sua substituição, quando pela FISCALIZAÇÃO, por profissional.	02
4	Permitir a execução de serviços sem utilização de EPI/EPC, por profissional.	01
5	Recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço.	02
6	Deixar de zelar pelas instalações da UFF ou de terceiros.	01
7	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	02
8	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do editais e de seus anexos, ainda que não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
9	Pelo atraso injustificado na inicialização dos serviços objeto da contratação ou pela paralisação dos mesmos.	04

13.3.2.1 – A aplicação da multa relativa ao item 09, é limitada a 30 (trinta)

dias, a partir dos quais é causa de rescisão contratual;

13.3.3 - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a UFF, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

13.4 - As multas previstas anteriormente, não têm caráter compensatório, e conseqüentemente, o pagamento delas não exime a *Contratada* de glosa ou responsabilidade pelos eventuais danos, perdas ou prejuízos que por ato seu ou de seus prepostos venham acarretar a *Contratante*.

13.5 - A *Contratada* não incorrerá em multa na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da *Contratante*.

13.6 - As sanções de multa podem ser aplicadas à *Contratada* juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da *Contratante* e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.7 - A *Contratada* responderá por perdas e danos ocasionados à *Contratante*, os quais serão apurados em competente processo, levando em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato.

13.8 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Serviço Público será em função da natureza e gravidade da falta cometida, de faltas e penalidades anteriores aplicadas, ou em caso de reincidência.

13.9 – A *Contratada* estará sujeito a rescisão contratual por ato unilateral e escrito do contratante e a aplicação das penalidades que serão apuradas de acordo com a gravidade do caso, nas hipóteses de não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS.

13.10 – Quando a rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor o contrato, cobrando da *Contratada* apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.

13.11 - Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, a *Contratante*, poderá reter créditos decorrentes do Contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial, por danos e perdas.

13.12 - Nenhum pagamento será feito à *Contratada* antes da cobrança das multas aplicadas, ou re-levada qualquer multa a ele imposta pela *Contratante*.



#### **14 CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – RECURSOS**

14.1 - Da decisão de aplicar multa, e mediante prévio recolhimento desta, são cabíveis, sem efeito suspensivo:

14.1.1 - Pedido de reconsideração, em 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da decisão.

14.1.2 - Recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência do indeferimento do pedido de reconsideração.

14.2 - As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de cinco dias úteis contados a partir da data da intimação.

14.3 - É assegurado aos interessados obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

14.5 - Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela licitação.

14.6 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de cinco dias úteis, contado do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade.

#### **15 CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, a Licitante vencedora que (art. 47 da Lei 12.462/2011):

15.1.1 - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 desta Lei;

15.1.2 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

15.1.3 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.4 - não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

15.1.5 - fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

15.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

15.1.7 - der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

15.2 - As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicam-se às licitações e aos contratos regidos por esta Lei (§ 2º do art. 47 da Lei n.º 12.462/2011).

15.3 - A rescisão do Contrato acarretará, sem prejuízo da exigibilidade de débitos anteriores da Contratada, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste instrumento, na suspensão imediata da execução dos serviços, objeto do mesmo.

15.4 - A Contratante reserva-se o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, os serviços contratados de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e a aquisição por ajuste entre as partes, de materiais existentes no local da obra e a ela destinadas, e a proceder de outras formas, ressalvadas as responsabilidades legais e contratuais.

15.5 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por conveniência administrativa da Contratante mediante comunicação escrita, entregue diretamente ou por via postal, com antecedência mínima de 20

(vinte) dias, obedecendo ao disposto nos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, e demais legislações vigentes.

15.6 – No caso de rescisão determinada por ato unilateral da Contratada, ficam asseguradas à Contratante:

15.6.1 – assunção imediata do objeto do Contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da Contratante;

15.6.2 – retenção de créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Contratante;

15.7 – execução da garantia contratual, para ressarcimento da Contratante e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

## **16 CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – PROIBIÇÕES**

16.1 - É vedada à Contratada:

16.1.1 - caucionar ou utilizar o presente Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da *Contratante*.

16.1.2 - opor, em qualquer circunstância, direito de retenção sobre a obra.

16.1.3 - interromper unilateralmente os serviços alegando inadimplemento pela Contratante.

16.2 - A Contratante não admitirá quaisquer alterações nas especificações ou projetos, salvo casos especialíssimos, a seu exclusivo critério, suficientemente justificados e fundamentados com a necessária antecedência.

## **17 CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 - Fazem parte integrante do Contrato, todos os documentos referidos no Edital, e qualquer de seus anexos, independentemente de transcrição.

17.2 - Quaisquer erros, omissões, incorreções, dubiedades ou discordância eventualmente encontradas pela Contratada nos detalhes e especificações no decorrer da execução dos serviços, de-verão ser comunicados por escrito a Contratante, a fim de ser corrigido de modo à bem definirem as intenções do Contrato.

17.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Se este dia recair em dia sem expediente na *Contratante* o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente de expediente.

## **18 CLAUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

18.1 - A publicação resumida deste Contrato e seus aditamentos no Diário Oficial da União, será promovida pela *Contratante*, na mesma data ou até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

## **19 CLAUSULA VIGÉSIMA – FORO**

19.1 – As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal de Niterói/RJ, seção Judiciária do Rio de Janeiro, na forma prescrita pelo art. 109, I, da Constituição Federal.

19.2 - E assim, por estarem justos e contratados, assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes.



Documento assinado eletronicamente por **ronald emerson mafra de araujo, Usuário Externo**, em 15/05/2020, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando de Souza Caldas, AUXILIAR EM ADMINISTRACAO**, em 18/05/2020, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Romero Lyra Trigueiro, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 18/05/2020, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Almeida Silva, SUPERINTENDENTE**, em 19/05/2020, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Claudio Lucas da Nobrega, REITOR**, em 19/05/2020, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.uff.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.uff.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0195286** e o código CRC **B678D94C**.